

O Negacionismo e as Disputas de Memória:

Reflexões sobre intelectuais de extrema-direita e a negação do holocausto.

Luís Edmundo de Souza Moraes*

Resumo

Proponho-me neste artigo discutir parâmetros a partir dos quais as narrativas negacionistas possam ser pensadas como narrativas falsas sobre um *tempo passado* que buscam se afirmar socialmente como *passado*, ou seja, como narrativas verdadeiras sobre um *tempo passado*. Buscarei, assim, refletir sobre os *modos de produção* bem como sobre o processo de afirmação social de uma imagem sobre o passado como memória socialmente estabelecida.

Palavras-Chaves: Neo-nazismo, Negacionismo, Memória

In this Article, I intend to discuss parameters that allow the approach of the narratives from Holocaust-Deniers as false narratives about a *past time* that look for social acceptance as true narratives about a past time, i.e. as *past*. I'll approach the problem of the *Means of Production* as well as of the process of social legitimation of an image of the past as socially established memory.

Key-words: Neo-Nazism, Holocaust-Denial, Memory

O termo “negacionismo” diz respeito especificamente a uma variante propriamente “intelectual” de movimentos políticos de extrema-direita do pós-Segunda Guerra Mundial, que busca por meio de uma literatura produzida para este fim, com aparência de historiografia, principalmente: defender e reabilitar o nacional socialismo, o III Reich e seus líderes; provar a ausência de culpa da Alemanha pela deflagração da II Guerra Mundial e negar a existência dos campos de extermínio e do Holocausto nazista.

O negacionismo se autodenomina *revisionismo*, referindo-se isto a sua forma de apresentação pública: tentativas de "correção" e de denúncia da pretensa falsidade da historiografia e de outras narrativas sobre a Segunda Guerra Mundial e o Terceiro Reich escritas desde 1945.

* Professor de História Contemporânea da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O sentido político deste projeto é claro: o peso social e político altamente negativo dos crimes nazistas, estabelece barreiras sociais à expansão organizativa do neo-nazismo no mundo contemporâneo. Sendo assim, negar a existência destes crimes ocupa um lugar de importância capital no processo de legitimação social da extrema direita em geral e do neonazismo em particular.

É exatamente este movimento político-intelectual que pode abrir espaço para a superação do peso social e político negativo dos crimes nazistas, não propriamente por meio de sua justificação mas pela produção de uma imagem de um *tempo passado*, o período que vai de 1933 a 1945, sem eles: um *pseudo-passado*.

As vinculações políticas e orgânicas do *Negacionismo* com grupos anti-semitas, agrupamentos ou partidos neonazistas ou de extrema-direita se constitui num dos pilares de sustentação da continuidade da produção de literatura negacionista. (Cf. Benz, 1995: 35-38) O fenômeno do negacionismo tem seus primeiros porta-vozes na França e nos EUA ainda na década de 40, encontrando progressivamente adeptos em vários países da Europa, América Latina e Austrália.

Em 1979, na busca por espaços que dessem suporte institucional a sua atividade, é fundado pelo anti-semita e neofacista norte-americano Willi Carto o *Institut for Historical Review-IHR*. Desde então o IHR se constitui em um dos centros articuladores do movimento de negação do Holocausto, organizando desde 1981 conferências internacionais e publicando o *Journal for Historical Review* e a *IHR-Newsletter*, que buscam fornecer um ar de seriedade e autoridade institucional a vários dos autores negacionistas.

No Brasil, desde pelo menos meados dos anos 80, com a criação da Editora Revisão, passa a existir literatura negacionista autóctone. De propriedade de Siegfried Ellwanger e sediada em Porto Alegre, a editora teve funcionamento legal até o ano de 2003.¹

Proponho-me neste artigo discutir parâmetros a partir dos quais as narrativas negacionistas possam ser pensadas como narrativas falsas sobre um *tempo passado* que buscam se afirmar socialmente como *passado*, ou seja, como narrativas verdadeiras sobre um *tempo passado*.

Trata-se aqui de um processo que tem como foco a disputa pelo passado socialmente

¹ As reações a livros publicados pela editora gerou um processo judicial por racismo que foi julgado em última instância em 2003 Supremo Tribunal Federal, o que implicou no fechamento da editora. Cf. a este respeito Cruz (1997) e Jesus (2006). Os materiais publicados ou divulgados pela editora cobrem temas distintos mas centrados, fundamentalmente, em três campos temáticos, que estão em grande medida articulados: O Holocausto como invenção, a Segunda Guerra Mundial, a conspiração judaica internacional. A este respeito, além dos trabalhos já mencionados, cf. Krause-Vilmar (2000), Moraes (2004).

estabelecido, pela memória socialmente partilhada. Buscarei, assim, refletir sobre os *modos de produção* bem como sobre o processo de afirmação social de uma imagem sobre o passado como memória socialmente estabelecida contra imagens concorrentes. Isto nos possibilitará refletir sobre os desafios colocados pelos negacionistas para a própria reflexão sobre a escrita da história.

I

Os *modos de produção* e, particularmente, os *meios de produção* de uma imagem social sobre o passado, dos textuais aos iconográficos, são eficazes na medida em que são socialmente reconhecidos como passado, ou seja, como narrativas verdadeiras sobre um tempo passado, e são apropriados socialmente. Sendo assim, a memória socialmente legítima não pode em momento nenhum ser divorciada de seus processos de construção sociais e culturais e das condições simbólicas que permitem que uma narrativa sobre o passado seja reconhecida como verdadeira e outra não.²

Lugar privilegiado neste processo de construção social das imagens e percepções coletivas sobre o passado ocupam diversos (aqui provisoriamente denominados) *aparatos* que incluem monumentos e museus, a fotografia, o cinema documentário, a historiografia e a história escolar. E estes *aparatos* ocupam este lugar exatamente por gozarem de um tipo de legitimidade particular: de propor uma narrativa sobre o passado que se ancora em um estatuto de verdade.³ Pollak indica corretamente que a historiografia tem papel aí destacado exatamente porque, "todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Esse trabalho deve satisfazer certas exigências de justificação." (Pollak, 1989, p. 9-10).

Oriundo do processo de institucionalização da disciplina, este estatuto atribuído à historiografia e ao lugar social ocupado pelo historiador tem relação direta com os procedimentos próprios de seu ofício: o texto historiográfico possui padrões e formas específicas, determinadas por procedimentos metodológicos estabelecidos no campo disciplinar e que, em última instância, validam as proposições apresentadas ao ponto de serem que são incorporadas socialmente como *passado*.

² Da vasta bibliografia sobre a relação entre História e Memória, trabalhos de referência são Le Goff (2003) e Nora (1984a e 1984b), além do estudo seminal de Halbwachs (1990) e de Pollak (1989).

³ Sobre a construção social da memória e estes *meios de produção* específicos, cf., dentre outros, Nora (1984a e 1984b), Pollack (1989), Sarlo (2005), Carretero, Rosa e González (2007).

Dificuldades surgem, entretanto, quando a forma do texto historiográfico é separada dos procedimentos que dão a ela razão de ser e são propostas imagens sobre um *tempo passado* que estão ancoradas unicamente na necessidade de se ver livre do *passado*. Este é o lugar no qual se encontra o negacionismo.⁴

Parte-se aqui da perspectiva de que texto negacionista não é historiografia, não é uma leitura possível do passado, nem tampouco um texto que propõe de forma legítima um "passado alternativo", distinto do retratado pela historiografia, mas ancorado em uma narrativa mítica ou religiosa. Falar do negacionismo é tratar de uma *falsificação* em um duplo sentido. Por um lado, trata-se de uma *historiografia falsificada*, ou seja um texto que falsifica de forma consciente suas referências de legitimidade, reivindicando o caráter de escrito historiográfico sem sê-lo. Por outro, trata-se de um *passado falsificado*, que também de forma consciente é produzido, ancorado na recusa de todos os indícios e evidências que o contradigam, reivindicando o caráter de verdade sem sê-lo.

Contudo esta percepção do texto negacionista como encerrando uma dupla falsificação é para o historiador contemporâneo, antes de tudo, deparar-se com um constrangimento de tipo particular: ser levado a refletir sobre “a falsidade” e sobre seu par oposto: “a verdade”.⁵

Neste campo, instigante é o problema pautado por Seligmann-Silva ao dialogar com as reflexões de Pierre Vidal-Naquet sobre o negacionismo: se a partir da identificação do “falso” e do “falseamento” do texto negacionista é pressuposta a capacidade de identificação do “verdadeiro” ou do “autêntico”, isto não implicaria, para a História como disciplina, um retorno à fórmula rankeana do *wie es eigentlich gewesen ist* (como realmente foi), abrindo mão, assim, a disciplina de todas as relativizações produtivas das críticas ao positivismo elaboradas ao longo de décadas de reflexão sobre a história.⁶

Contudo, o que o negacionismo me parece oferecer à reflexão do historiador que ao mesmo tempo recusa a ingenuidade da fórmula rankeana e o fatalismo de ter que incorporar em seu campo o negacionismo é o dos limites do que pode ser dito. Não mais, como indica o problema posto por Seligmann-Silva, enfatizar o que é possível, mas sim o que não é possível ser dito por um texto historiográfico.

⁴ Em relação ao negacionismo, estudos importantes são os de Lipstadt (1994), Benz (1995) e Milman (2000). Em relação ao fenômeno no Brasil cf. Cytrynowicy (1990), Cruz (1997) e Jesus (2006).

⁵ A pouca relevância destas noções para a disciplina contemporaneamente se torna visível pelo sintomático silêncio a seu respeito em léxicos do campo disciplinar, como, por exemplo, o *Dicionário de Ciências Históricas* de André Burguière publicado em 1986 pelas Presses Universitaires de France e com edição brasileira de 1993 pela Imago, onde verbetes como “verdade”, “falsidade”, “autenticidade” e afins estão de todo ausentes.

⁶ Cf. a este respeito Seligmann-Silva (2003: 71-72).

Tendo em vista todas as possibilidades abertas pelas flexibilizações e relativizações operadas na disciplina, o negacionismo coloca para a história-disciplina o desafio de voltarmos nossa atenção para o que diferencia a historiografia (como de resto os textos produzidos pelas ciências sociais) de outros discursos sobre *o passado* ou sobre um *tempo passado*. E mesmo: o que permite, se é que há alguma coisa que o permita, diferenciar a historiografia de escritos que mesmo reivindicando este lugar, não tem a legitimidade de ocupá-lo.

Diferente de outros discursos que tratam do passado, e muitos são os existentes, a historiografia ocupa um lugar particular. Ele é definido, antes de tudo, pelo processo a partir do qual uma proposição sobre o passado é possível de ser formulada e de ser reconhecida no *campo dos historiadores* como podendo reivindicar um estatuto de verdade. São exatamente as regras do ofício elaboradas e partilhadas pelos que fazem parte do *campo*, que oferecem àqueles que delas partilham a possibilidade de serem reconhecidos como pertencentes a este mesmo campo. Os limites daquilo que pode ser enunciado são dados pela possibilidade de enunciação se respeitadas as regras do campo vigentes em um dado momento.⁷

Ao contrário disto, o texto negacionista rompe com regras fundantes do campo historiográfico apesar de macaquear formas próprias a ele: a manipulação de documentos verdadeiros através de citações falseadas ou parciais, mudando o seu sentido original para que se encaixe na cadeia argumentativa é uma das mais regulares⁸. Da mesma forma, o uso de citações que não se encontram nos documentos citados, a indicação de fontes não verificáveis ou mesmo a citação de fontes inexistentes fazem dos aspectos formais dos textos negacionistas não o sintoma de uma regra disciplinar mas denunciam o caráter consciente da operação de falseamento ancorada em uma percepção sobre os critérios que conferem legitimidade a proposições sobre o passado.⁹

⁷ A respeito da definição de um campo disciplinar e do reconhecimento de seus produtos - no caso da história-disciplina, o texto historiográfico, sigo de perto as indicações de Michel de Certeau (1982) e de Pierre Bourdieu (1988).

⁸ Um dos primeiros textos negacionistas que reproduz o formato de texto historiográfico é "A Guerra Forçada" do norte-americano David Leslie Hoggan. Neste texto de Hoggan se identifica com clareza a técnica de manipulação de documentos verdadeiros, comum a muitos dos textos negacionistas. Em sua análise da „Noite dos Cristais“ (a noite entre 9 e 10.11.1938, quando sinagogas, residências e lojas de judeus foram destruídas por toda a Alemanha), o autor refere-se a uma portaria realmente existente do governo, segundo a qual, o pagamento do seguro pelos danos materiais aos imóveis de Judeus deveria ser feito o mais rápido possível **ao Governo Alemão** e não aos atingidos. Contudo, omitindo partes do original, cita trechos da referida portaria de forma a gerar um sentido inverso ao do original: „As companhias de seguro alemão foram instruídas a pagar sem demora todas os danos materiais resultantes do 10 de novembro“. Cf. Span, 1995: 52

⁹ Exemplo disto advém da suposta publicação em “um jornal da Alemanha ocidental” de um suposto relatório da Cruz Vermelha Internacional que afirma que o número de vítimas do holocausto nazista não passariam de 300 mil, mortas basicamente em função das condições geradas pela guerra. Esta afirmação, sempre negada pela

As operações e procedimentos que abrem a possibilidade de construções e interpretações diversas do passado, próprios ao campo disciplinar da história, ocupam um lugar distinto da citação falseada de documentos existentes e da narração de fatos conscientemente inventados. Estes e outros artifícios são utilizados em um conjunto de publicações que, desrespeitando todos os critérios de validação de proposições das ciências sociais, nos permite deslocar o texto negacionista do lugar social que ele diz ocupar - o lugar de “historiografia” - e colocá-lo em um outro lugar social – o de falsificação politicamente motivada. Entre o texto negacionista e as outras falsificações existentes no *mercado do conhecimento* ou no *mercado da política* - desde a descoberta de documentos falsificados durante a idade média, até os casos mais contemporâneos de falsificação (como os “Protocolos dos Sábios do Sion”, os “Diários de Hitler”, as “Conversas com Hitler” de Rauschnig) – há algo em comum: a consciência dos que os produziram de que não são aquilo que afirmam ser.¹⁰

Contudo, saber que se trata de falsificações não dá conta do problema que me parece decisivo: ele tem se afirmado socialmente, de formas e por caminhos diversos, como um discurso legítimo sobre o nazismo e o holocausto. Seguindo de perto as indicações de Michel Pollack, “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornaram coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade.” (Pollack, 1989, p. 4.)

Em sua busca por legitimação social para tomar parte na disputa pela memória coletiva, ou seja, para ter a possibilidade de oferecer seus produtos neste *mercado* específico, o texto negacionista oferece à análise não somente suas formas de percepção do mundo social mas também uma determinada compreensão do mundo, podendo ser considerado assim, ao lado de outros produtores de programas políticos globais, como um produtor de uma “teoria da ordem social”¹¹, no sentido de que suas descrições de um *pseudo-passado* – que devem ser apresentadas como descrições plausíveis e, portanto, desconectadas de seu caráter de artifício – buscam normatizar dois aspectos decisivos nesta disputa: em primeiro lugar, quem deve ter

própria Cruz Vermelha, mas muitas vezes citada e reproduzida em artigos de *Revisionistas* de várias partes do mundo, não informa qual o jornal nem sua data de publicação. Na única referência em nota, lê-se: *Archiv UN 9759*. Apesar da tentativa de fornecer seriedade à afirmação pelo uso da sigla UN (referência clara à ONU, em inglês *UNO*), a indicação por um lado não se refere a qualquer tipo de arquivo das Nações Unidas, como a recuperação da informação é tornada impossível pela ausência de referências que esclareçam qual é o arquivo *UN 9759*. Cf. Span, 1995: 53. Sobre as percepções dos critérios de validade em um campo disciplinar como o da história, cf. Bourdieu, 1988:31-81.

¹⁰ A este respeito, conferir as diversas contribuições ao volume dedicado às falsificações em diversas áreas do conhecimento, organizado por Karl Corino (1988).

¹¹ Sobre a idéia de “teorias de ordem social”, cf. Weichlein, 1997.

o acesso a palavra, no sentido de estabelecer quem deve ser considerado o legítimo porta-voz do passado; e qual deve ser o terreno no qual se dê a discussão sobre o passado, o que desvela elementos centrais do projeto político deste movimento de extrema-direita.

Quanto a isto, não é demais afirmarmos que o processo de afirmação social de uma imagem sobre o passado (bem como de seus porta-vozes) contra imagens (e porta-vozes) concorrentes é uma função própria do espaço público específico no qual estas idéias circulam e que dizem respeito aos critérios que tornam umas socialmente legítimas e outras não. Estes critérios são, por sua vez, percebidos pelos atores em jogo (produtores e consumidores) que os operacionalizam buscando *agregar valor* ao seu produto.

Assim, o texto negacionista aparece como fonte primária para o trabalho do historiador em um sentido estrito: o material permite ter acesso não ao “passado”, mas àquele que o produz, que no caso específico desta investigação se confunde com o próprio objeto de pesquisa. A falsificação do passado bem como do caráter de seus materiais denuncia o olhar de quem os constrói, possibilitando identificar um tipo de intervenção política particular da extrema-direita no mundo, bem como suas estratégias para se afirmar socialmente e para legitimar seu programa político.

Neste sentido ele constitui em um movimento militante, parte de um campo político com legitimidades próprias, cânones a serem respeitados e porta-vozes autorizados. E, talvez mais importante, um campo político com uma representação do mundo social específica, que ilumina certos elementos fazendo com que se tornem visíveis, enquanto deixa outros na penumbra ou na completa escuridão. É através desta construção de visibilidades e de invisibilidades, todas apresentadas como objetivas e naturais, que o negacionismo torna visível a mão que escreve bem como o projeto de mundo que é o motor de sua escrita.

O Negacionismo, por fim, oferece-se como um caso extremo de politização de uma narrativa sobre um tempo passado, e que por ser extremo ajuda a pensar as fronteiras próprias da disciplina, seu fazer específico e os critérios de validade do conhecimento produzido pelo historiador.

10) Bibliografia

BENZ, Wolfgang. “ ‘Revisionismus’ in Deutschland”. In Bailer-Galanda, B.; Benz, W. e Neugebauer, W. (Org.) – *Wahrheit und Auschwitzlüge: Zur Bekämpfung „revisionistischer“*

- Propaganda*. Himberg: Wiener Verlag, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Frankfurt A/M.: Surkamp, 1988.
- CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto e GONZÁLEZ, Maria Fernandes. *Ensino de História e Memória Coletiva*. Porto Alegre: Artmed: 2007.
- CORINO, Karl (Org.). *Gefälscht!: Betrug in Literatur, Kunst, Musik, Wissenschaft und Politik*. Nördlingen: Greno, 1988.
- CRUZ, Natália dos Reis. *Negando a História. A Editora Revisão e o Neonazismo*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997. Diss. de Mestrado.
- CYTRZNOWICZ, Roney. *Memória da Barbárie: A História do genocídio dos Judeus na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp, Nova Stella, 1990.
- JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Anti-semitismo e Nacionalismo, Negacionismo e Memória: Revisão Editora e as estratégias da Intolerância (1987-2003)*. São Paulo. Editora Unesp, 2006.
- KOSELLECK, Reinhard. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- KRAUSE-VILMAR, Dietfrid. “A negação dos assassinatos em massa do nacional-socialismo: desafios para a ciência e para a educação política.” In Milman, L. e Vizontini, P. F. (Orgs.) *Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- LIPSTADT, Deborah, E. *Betrifft: Leugnen des Holocausts*. Zürich: Rio-Verlag, 1994.
- MILMAN, Luis. “Negacionismo: Gênese e desenvolvimento do genocídio conceitual.” In Milman, L. e Vizontini, P. F. (Orgs.) *Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- MORAES, Luís Edmundo de Souza. “O Revisionismo Negacionista” In Teixeira da Silva, Francisco Carlos. *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.
- NORA, Pierre. “Entre Memoire et Histoire” In Nora, P. (Dir.) *Les Lieux de Memoire: La République, Vol I*. Paris: Galimard, 1984 (a). Pp. XVII-XLII.
- NORA, Pierre. “De la République à la Nation” In Nora, P. (Dir.) *Les Lieux de Memoire: La République, Vol I*. Paris: Galimard, 1984 (b). Pp. 651-659.
- POLLACK, Michel. “Memória, Esquecimento, Silêncio.” In Estudos Históricos, vol 2, n. 3, 1989.

RIOUX, Jean-Pierre. “La Mémoire Collective”. In Rioux, J-P. e Sirinelli, J-F. *Pour Une Histoire Culturelle*. Paris: Seuil, 1997.

SARLO, Beatriz. “História contra o Esquecimento”. In _____. *Paisagens Imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação*. São Paulo: Edusp, 2005.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Reflexões sobre a Memória, a História e o Esquecimento”. In _____ (Org.). *História, Memória, Literatura: O testemunho na era das Catástrofes*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

SPAN, Gustav „Methoden rechtsextremer Tendenzgeschichtschreibung und Propaganda“. In Bailer-Galanda, B.; Benz, W. e Neugebauer, W. (Org.) – *Wahrheit und Auschwitzlüge: Zur Bekämpfung "revisionistischer" Propaganda*. Himberg: Wiener Verlag, 1995

WEICHLEIN, Siegfried. “Nationalismus als Theorie sozialer Ordnung”. In Mergel, T. e Welskopp, T. (Orgs.). *Geschichte zwischen Kultur und Gesellschaft*. Munique: Beck, 1997. Pp 171-200.